



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639171 - SP (2021/0005384-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ELCIO TRIVINHO DA SILVA
ADVOGADO : ELCIO TRIVINHO DA SILVA - SP193845
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO RIBEIRO SOARES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO RIBEIRO SOARES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0002155-09.2017.8.26.0542).

O paciente foi condenado, como incurso no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/03, à pena de 3 anos de reclusão, substituída a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Sustenta que a condenação se deu com base em provas ilícitas e que deveria ser oportunizada a celebração de acordo de não persecução penal.

Requer, liminarmente, a possibilidade de celebração de referido acordo ou a anulação da condenação baseada em provas ilícitas. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a inexistência de ilicitude nas provas obtidas e a impossibilidade de celebração do acordo não persecutório requerido (fls. 17-19):

[...]

Independentemente da controvérsia existente sobre a aplicabilidade do acordo de não persecução penal após a sentença condenatória, o fato é que, no caso em tela, não há qualquer nulidade e nem se recomenda a conversão do julgamento em diligência.

Com efeito, a douta defesa não formulou qualquer requerimento, seja por ocasião da audiência de instrução e julgamento, seja na apresentação de alegações finais ambas ocorridas na vigência da Lei 13.964/19 - para que fosse o recorrente intimado para eventual

celebração de acordo de não persecução penal, de modo que sobreveio a r. sentença condenatória.

Ora, se a defesa não postulou a conversão em diligência para eventual oferecimento do acordo de não persecução penal nas diversas oportunidades que teve antes da prolação de sentença condenatória, não pode, neste momento processual, depois da sentença, beneficiar-se com a própria inércia.

Ademais, o art. 28-A do CPP prevê como requisito do acordo de não persecução penal que o acusado tenha “confessado formal e circunstancialmente” a prática do crime, o que não ocorreu no presente caso.

Ao que parece, portanto, pretendeu a digna defesa esperar o desfecho do processo para, então, conforme sua conveniência, arguir nulidade, pleitear a celebração do acordo e orientar o acusado a proceder a uma confissão que a essa altura se mostraria imprestável, pois já se reconheceu, por sentença, a existência de elementos de convicção suficientes à condenação.

No tocante à outra preliminar alegada, não se pode dizer que a apreensão das armas de fogo na residência do acusado teria se dado irregularmente, de modo que todas as provas daí decorrentes seriam ilícitas e, portanto, imprestáveis a sustentar um decreto condenatório.

Embora a Carta Magna tenha estabelecido a inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI), é preciso reconhecer, na forma como os Tribunais Superiores têm reiteradamente procedido, que tal direito não é absoluto, sendo inaceitável que a prerrogativa constitucional seja usada para acobertar e incentivar práticas ilícitas.

Com esse propósito, a própria Constituição Federal ressalvou os casos em que é possível quebrar a inviolabilidade da casa, mesmo sem a autorização do morador, sem determinação judicial, sendo a ocorrência de flagrante delito uma dessas possibilidades.

É o que ocorreu na hipótese, pois o delito de posse de arma de fogo é crime permanente, e a situação antijurídica se protraí no tempo enquanto perdurar a vontade do agente (de forma omissiva ou comissiva). Assim, o fato é que, enquanto não cessada a conduta prosrita, permanece a situação flagrancial e, portanto, não se evidencia irregularidade na conduta dos agentes públicos de entrar na residência onde estavam armazenadas as armas, especialmente após receberem denúncia anônima e o recorrente empreender fuga para dentro do imóvel ao avistar sua aproximação. Ademais, no presente caso, o próprio réu afirmou em Juízo que autorizou a entrada dos policiais na residência, circunstância que também afasta a alegação de ilegalidade do flagrante.

Não há, portanto, qualquer nulidade a ser reconhecida.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente